

# As questões socioambientais da/na Amazônia: materialidades no vídeo “a mensagem do xamã” – uma leitura decolonial

The socio-environmental issues of/in the amazon: materialities in the video "the shaman's message" - a decolonial reading

Yasmim Nazaré Moura Sarmanho<sup>1</sup>  
Nadia Magalhães da Silva Freitas<sup>2</sup>  
Ivone dos Santos Siqueira<sup>3</sup>  
Nívia Magalhães da Silva Freitas<sup>4</sup>

## Resumo

Estamos vivenciando uma crise socioambiental, com toda a sorte de eventos, decorrentes de intervenções humanas, cujos impactos e desdobramentos, progressivos e acentuados, incidem sobre o campo ambiental e social. As ponderações sobre as questões socioambientais constituem-se processos de formação ambiental. Diversas são as oportunidades de fazê-lo, e enfatizamos aqui o uso de recursos midiáticos. Assim, propomo-nos, a partir da materialidade do vídeo “A mensagem do Xamã”, mediante análise de conteúdo, sob a lente decolonial, fazer emergir a multiplicidade de conteúdos relacionados às questões socioambientais, notadamente da/na Amazônia, importantes ao ensino, trazendo uma voz indígena e suas cosmovisões. A análise do vídeo resultou em três categorias: (1) apropriação, violência e colonização do ser, (2) a “natureza amazônica” colonizada e (3) a mensagem do Xamã como manifesto à decolonialidade do saber. O vídeo movimenta-se entre tecnologia, riquezas e impactos na floresta e no ambiente natural e social, precisamente em virtude do impulso capitalista. Nesse contexto, evidencia-se a apropriação degenerativa da natureza, com desdobramentos para o campo social. Em contextos de ensino e de aprendizagem, o vídeo “A mensagem do Xamã” pode permitir aos alunos realizar ponderações sobre os problemas socioambientais, notadamente na/da Amazônia. O vídeo coloca em evidência aspectos contundentes ao cenário amazônico, em interlocução com manifestações do capitalismo, representando, ao final, crítica à relação do ser humano com a natureza; ao mesmo tempo, constitui-se um convite para pensar um futuro plausível para a humanidade, tendo como fundamento a outridade da natureza.

**Palavras-chave:** questões socioambientais; Amazônia; (de)colonialidade; voz indígena.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará | yasarmanho@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará | nadiamsf@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará | ivone.siqueiraifpa@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal do Pará | nivvia.bio2015@gmail.com

## Abstract

We are experiencing a socio-environmental crisis, with all sorts of events, resulting from human interventions, whose progressive and accentuated impacts affect the environmental and social fields. The considerations on socio-environmental issues constitute an environmental education process. There are several opportunities to do it, and we emphasize here the use of media resources. Thus, we propose, from the materiality of the video "The Shaman's message", through content analysis, under the decolonial lens, to bring out the diversity of contents related to socio-environmental issues, notably from/in the Amazon, necessary for education, bringing an indigenous voice and their cosmovisions. The video analysis resulted in three categories: (1) appropriation, violence, and colonization, (2) colonized "Amazonian nature" and (3) the Shaman's message as a manifesto to decoloniality of knowledge. The video moved between technology, riches, and impacts on the forest and the natural and social environment, precisely due to the capitalist impulse. In this context, the degenerative appropriation of nature is evident, with consequences for the social field. In teaching and learning contexts, the video "The Shaman's message" can allow students to reflect on socio-environmental problems, notably from/in the Amazon. The video highlights relevant aspects of the Amazon scenario in dialogue with manifestations of capitalism, representing, in the end, criticism of the relationship between human beings and nature; at the same time, it constitutes an invitation to think about a plausible future for humanity, based on the otherness of nature.

**Keyword:** socioenvironmental issues; amazona; (de)coloniality; indigenous voice.

## Introdução

Desmatamento, desertificação de solos, erosão genética, aquecimento global, aumento da produção de resíduos sólidos e de contaminantes industriais, incremento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, são eventos, entre outros, que nas últimas décadas têm se tornado preocupações legítimas da sociedade (FREITAS; MARQUES, 2017; MARQUES, 2015). Decerto, em face da possibilidade de constituição de um futuro imprevisível para a humanidade. É nesse sentido que os estudos ecológicos aprofundam que as intervenções humanas no planeta têm acarretado crescentes e severos impactos no ambiente, "[...] formas insustentáveis de habitabilidade da Terra [...] que desencadeou um processo progressivo de degradação ecológica do planeta" (LEFF, 2016, p. 13).

Associado a esses eventos, temos as questões sociais, como a pobreza, o desemprego, a violência, as desigualdades, entre outras. A conjunção desses eventos/questões, aqui arrolados, revela a complexidade do que hoje se designa de crise socioambiental. Tal estado de coisas está vinculado à destrutividade do modelo de produção capitalista, que tem gerado passivos ao campo ambiental, mas também ao campo social (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Estamos vivenciando "[...] uma crise civilizatória, uma crise dos modos de compreensão, cognição e de produção de conhecimentos que, através da sua hegemonia dominante, construíram um mundo insustentável [...]" (LEFF, 2016, p.19-20). Nesse contexto, a natureza foi subsumida às finalidades do desenvolvimento, cuja ênfase reside na sua dimensão econômica; desenvolvimento sob a égide da racionalidade econômica, que naturalizou a

exploração da natureza, como também dos homens uns sobre os outros (PORTO-GONÇALVES, 2018).

As questões socioambientais têm se constituído, no conjunto, tema central na contemporaneidade, o que tem levado a discussões e a debates em distintos campos de estudo (LEFF, 2016; NASCIMENTO, 2012; NINIS; BILIBIO, 2012). O campo educacional também tem se ocupado de apreciações relativas à crise socioambiental (FONSECA NETO; FREITAS; FREITAS, 2017; FREITAS; MARQUES, 2017; LAURIE et al., 2016; GUERRA; FIGUEIREDO, 2014). Podemos conferir destaque ao ensino de Ciências, notadamente no trato das temáticas socioambientais da Amazônia. Nesse âmbito, os empreendimentos de educação, tanto na formação inicial quanto na formação continuada de professores, caracterizam-se por uma diversidade de estratégias, de modo que o cenário socioambiental da Amazônia é enfatizado e problematizado (SIQUEIRA et al. 2020; RAPOSO; FREITAS, 2019).

Entendemos que as ponderações sobre as questões socioambientais amazônicas representam processos de formação ambiental, de modo a favorecer a constituição de um sujeito ecológico preocupado com a região. Várias são as possibilidades de fazê-lo, destacamos aqui o uso de recursos midiáticos. Nesse sentido, propomo-nos, neste artigo, mediante análise crítica do vídeo “A mensagem do Xamã”, apontar e problematizar a multiplicidade de conteúdos afeitos à questão socioambiental, notadamente da/na Amazônia, importantes ao ensino, trazendo uma voz outra, uma voz indígena e suas cosmovisões.

## Abordagem metodológica

A pesquisa, de natureza qualitativa (MINAYO, 2016), buscou, na apreciação crítica do conteúdo do vídeo “A mensagem do Xamã”, sob a lente decolonial, trazer alguns elementos que possam orientar seu uso no ensino, no que diz respeito às discussões das questões socioambientais, com ênfase ao cenário Amazônico, pois é deste lugar que emerge o substrato para a construção do vídeo. Recorremos à análise de conteúdo, do tipo categorial temática (BARDIN, 2009), que compreende “[...] uma análise dos significados podendo também ser dos significantes” (BARDIN, 2009, p. 37). A análise do tipo categorial temática, em suas três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, procura pelos “núcleos de sentidos”, mediante organização das unidades de registro e subsequente categorização (BARDIN, 2009).

Na interpretação e na problematização do conteúdo do vídeo “A mensagem do Xamã”, apropriamo-nos de alguns referenciais teóricos que tratam da (de)colonialidade, para nos ajudar a refletir sobre as questões socioambientais da/na Amazônia. Na nossa compreensão, o vídeo está configurado em mensagens/informações observáveis em linguagem imagética, precisamente em “quadros de imagens”, e linguagem textual (texto que acompanha o vídeo), que, mediante análise, resultou em três categorias<sup>5</sup> contundentes ao cenário amazônico, às perspectivas descolonizantes e às possibilidades ao ensino crítico, a saber: (1) apropriação, violência e colonização do ser, (2) a “natureza amazônica”

---

<sup>5</sup> Categorias que, embora separadas, apresentam seus conteúdos inter-relacionados.

colonizada e (3) “A mensagem do Xamã” como manifesto à decolonialidade do saber. Para o entendimento de duas das categorias aqui elencadas (apropriação, violência e colonização do ser e a “natureza amazônica” colonizada), trazemos nas considerações iniciais a descrição do vídeo em seu conteúdo imagético, de modo que o leitor é “situado” no contexto do vídeo e, a partir disto, o “assiste” e, com a mediação da nossa escrita, passa a “imaginar” os eventos descritos.

## Considerações iniciais

O vídeo “A Mensagem do Xamã”<sup>6</sup> faz alusão ao livro “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami”. Trata-se do “[...] testemunho de um povo, um manifesto xamânico e um grito de alerta vindo do coração da Amazônia. Tem como fonte os relatos recolhidos na língua nativa do xamã Yanomami Davi Kopenawa<sup>7</sup>, pelo etnólogo Bruce Albert” (LYRIO, 2020, p. 140). O vídeo condensa suas reflexões sobre a invasão das terras yanomami e chama a atenção do mundo para as ameaças sofridas pelo seu povo. Na cosmologia indígena, o xamã é o “[...] mediador que age principalmente em benefício de seu povo” (CEMIN, 1999, p. 14).

Para os povos Yanomami,

Os xamãs veem, sabem, conhecem, que é o sobrenatural/extranatural/supernatural, o mundo animado, povoado com seres animados que inundam a floresta por todos os cantos. Irá se vislumbrar uma floresta mágica, com a sua multidão de seres em complexas relações, e assim se aproximar do tempo dos sonhos, que é o tempo xamânico por excelência (VAZ, 2019, p. 2-3).

O xamanismo na cosmologia indígena da América do Sul é a ligação entre mundo visível/invisível por “[...] um princípio geral de energia que unifica o universo: um conceito nativo de poder xamânico ligado ao sistema de energia global; um princípio de transformação pelo qual espíritos e xamãs podem assumir formas” (CEMIN, 1999, p. 14). O xamã Davi Kopenawa é o protagonista do vídeo, que faz a “[...] defesa apaixonada pelo direito à existência de um povo nativo, que, ao longo dos anos, tem sido devorado por uma máquina civilizacional incomensuravelmente devastadora do ponto de vista tecnológico” (LYRIO, 2020, p. 140).

Na compreensão do Xamã, esse estado de coisas “[...] acabará por levar ao fim do mundo” (VAZ, 2019, p. 3). O vídeo “A mensagem do Xamã”, com duração de um pouco mais de 2 minutos, legendado, fez parte da campanha #ForaGarimpoForaCovid, lançada em junho de 2021. Entretanto, seu conteúdo é incisivo na apresentação das questões socioambientais, com destaque a Amazônia.

Em termos gerais, o vídeo apresenta um ambiente sonoro “intenso” e “tenso”. Busca chamar atenção da sociedade para o fato de que os povos indígenas, sozinhos, não vão evitar a destruição das florestas, o advento de novas doenças e a falência climática, que, no

---

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=0qa3yDX\\_94](https://www.youtube.com/watch?v=0qa3yDX_94).

<sup>7</sup> É escritor, xamã e líder político Yanomami, presidente da Hutukara Associação Yanomami, organização indígena de ajuda mútua e etnodesenvolvimento.

conjunto, representa “a queda do céu”, o colapso do planeta. No entendimento de Davi Kopenawa, para “segurar o céu” e evitar a destruição do planeta, há que se ter o engajamento de toda a sociedade – os governos, as grandes corporações/empresas e o “povo da mercadoria<sup>8</sup>”, expressão utilizada por Davi Kopenawa (NUNES, 2020).

O vídeo, propriamente dito, inicia com a exposição de várias imagens em *flashes*, que, no seu frenético curso, nos fazem pensar nas mudanças atuais, que se apresentam em tempos acelerados. Entendemos que o vídeo exhibe diversos “quadros de imagens”. O quadro inicial apresenta mapas, figuras de indígenas no seu convívio coletivo, naus em mar aberto, aportamento dos portugueses em terras brasileiras, homens brancos empunhando armas, indígenas feridos de morte etc.

No quadro seguinte, toda a exuberância do país é apresentada: florestas, rios, montanhas e praias – natureza ainda não modificada. Em um próximo quadro de imagens, temos retratados alguns apetrechos indígenas: cocar, cestos, flechas, além de frutas, alimentos embalados em folha de plantas, tipos de habitação e indígenas transportando talas de madeira em cestos. O próximo quadro de imagens refere-se aos tempos atuais, muitos homens e mulheres fazendo uso de celulares, absortos pela tecnologia. Posteriormente, temos o quadro em que as florestas estão ardendo em chamas, contrastando com imagens de uma natureza viva: vegetação (árvores – sumaúma com denso tronco, vitória régia etc.), cachoeiras, pássaros (araras azuis), tartarugas, jacarés e indígenas em seu ambiente natural. Em outro quadro, tem-se a apresentação de novas imagens da natureza profusa, seguido de um conjunto de imagens que mostram os modos de vida dos indígenas.

Posteriormente, em um diferente quadro de imagens, é apresentado o planeta Terra em movimento, visto do espaço. Em seguida, em outro quadro de imagens, observa-se negros em atividade de garimpagem; também se apresenta instalação mecanizada de extração e homens brancos selecionando pedras e pepitas de ouro. O próximo quadro retoma os tempos atuais, exibindo um carro luxuoso, um castelo fincado em uma ampla área verde, *outdoors* de uma série de marcas de produtos comercializados na época presente; seguem-se imagens como relógios, *champagnes*, barras de ouro, casacos de pele, cédulas de várias origens, imagens da bolsa de valores, *containers* e mais *containers* no chão de um porto e navios carregados de *containers*.

No quadro de imagens seguinte, temos um “mar” de lixo eletrônico e uma quantidade de resíduos sólidos, com predominância de plástico, inimaginável – sucessivas montanhas de resíduos sólidos e um lixão a céu aberto. No próximo quadro, a produção da carne bovina é mostrada em associação com a apresentação de florestas e toras de madeira. A seguir, vários alimentos industrializados de origem animal e vegetal são exibidos. Um quadro destaca aspectos relacionados à Covid-19<sup>9</sup>. Em seguida, imagens de intensa degradação ambiental compõem o cenário (desmatamento, incêndios, animais mortos pelos incêndios, terras degradadas em função do garimpo etc.). Em outro quadro de imagens, são apresentadas crianças indígenas, brincando e sorridentes. Davi Kopenawa, em meio à floresta, aparece, erguendo os braços e entoando o que parece um cântico.

---

<sup>8</sup> Podemos pensar no homem que “habita” o mundo capitalista.

<sup>9</sup> Embora importante ao cenário atual, o tema Covid-19 não foi tratado neste texto.

Eventos desastrosos são mostrados a seguir, em mais um quadro de imagens: enchentes, casas destruídas pela ação do vento, mar revolto etc. O quadro seguinte retrata o ambiente citadino: longos engarrafamentos, poluição atmosférica e ambiental. No quadro subsequente, vemos uma paisagem desertificada e aviões pulverizando plantações. Posteriormente, são trazidas imagens que mostram passeatas e protestos. A imagem de um pulmão é exibida, associada a eventos de queimadas, incêndios. Em um cenário retrospectivo, segue-se a apresentação de novas/outras imagens, como um resgate do que foi apresentado. Finalizando o vídeo, Davi Kopenawa apresenta-se silencioso, introspectivo.

O conjunto de eventos, que compõe os vários quadros de imagens do vídeo, movimenta-se entre tecnologia, riquezas e impactos na floresta e no ambiente em geral – passivos socioambientais impingidos à sociedade, em face do impulso capitalista. É esse substrato imagético – e, também, textual – presente no vídeo “A mensagem do Xamã” que pode se constituir, no conjunto, “agente mediador” valioso na apreensão crítica da realidade socioambiental, especialmente na/da Amazônia, plausível à abordagem no ensino.

## Apropriação, violência e colonialidade do ser

Inicialmente, é preciso esclarecer a compreensão dos vocábulos aqui empregados na nomeação desta seção. Assim, principiaremos com os termos apropriação e violência. Por apropriação, entendemos como “[...] processo de retirada, contra à vontade, das terras, da língua, da cultura, das riquezas naturais, da dignidade, da liberdade, da sabedoria e da paz dos povos/etnias/nacionalidades ancestrais” (ANDRADE, 2017, p. 55). Já, por violência, compreendemos as “[...] formas utilizadas para garantir o poder [...] formas de violência, sejam elas físicas e simbólicas, com sérias implicações morais e psicológicas para os povos/etnias/nacionalidades indígenas” (ANDRADE, 2017, p. 55).

O quadro de imagens primeiro reporta-se ao início da colonização, com o aportamento dos portugueses em *terrae brasilis*. Chama atenção a violência contra os indígenas. Decerto, impingida a eles para garantir a apropriação, o domínio e o poder, por parte dos colonizadores. A violência, para além de sua manifestação física sobre o corpo do outro, como mostrado nesse primeiro quadro de imagens, o que por si só já é intolerável, precisa considerar a subjetividade da violência, a violência sistêmica, ou seja, em termos “[...] de como ela é sentida, percebida e compreendida pelos próprios povos indígenas, a partir das suas cosmovisões” (BRIGHENTI, 2015, p. 105). Desse modo,

A violência sistêmica é resultado do processo histórico de inferiorização do outro, tratando-o como não sujeito portador de direitos a partir de classificações autoritárias, que em cada momento histórico se fazem representar pela sociedade dominante de forma diferenciada. Assim,

[...] no período colonial a inferiorização dos grupos indígenas ocorria pelo conceito da fé cristã, por serem pagãos ou hereges; no século XIX a inferiorização ocorria pelo conceito da ciência, já que os indígenas eram considerados pertencentes a sociedades fora da História; e, no tempo contemporâneo pela inexorabilidade do progresso, manifestada em todas as esferas da sociedade pela crença de que os indígenas não evoluíram e atrapalham o progresso (BRIGHENTI, 2015, p. 107).

A violência na Amazônia, contemporaneamente, ainda se faz presente. Manifesta-se nos conflitos territoriais, em face dos jogos de interesse do capital. Estabelece-se mediante a geografia da violência, nos seguintes termos:

[...] ela está distribuída geograficamente conforme determinações econômicas e históricas em áreas consideradas ‘pioneiras’ ou novas zonas onde o capitalismo penetra com maior intensidade. Nas regiões consideradas consolidadas, manifesta-se através da intensificação da exploração. O capitalismo é extremamente intolerante, na medida em que avança a violência aumenta (BRIGHENTI, 2015, p. 114).

A apropriação e a violência se interlaçam, na medida em que, por exemplo, a expulsão de indígenas de seus territórios, por vezes com morte, ocorreu para atender aos interesses pretéritos dos colonizadores e, contemporaneamente, acata o capital. Nesse processo, insere-se a pilhagem da madeira e a extração ilegal de riquezas minerais, entre outros eventos, que se configuram como apropriação, mas também como violência (SARDE NETO, 2018), pois rompe “[...] com historicidades e com continuidades de práticas sociais” (BRIGHENTI, 2015, p. 105).

A colonização findou, mas a colonialidade subsiste e “[...] diz respeito ao processo de dominação entre grupos sociais, estabelecendo uma relação de superioridade daquele que domina sobre o dominado, a ponto de suplantar seus conhecimentos, sua cultura, sua identidade e [...] sua humanidade” (DUTRA; CASTRO; MONTEIRO, 2019, p. 2). É por meio da colonialidade que a lógica colonial mantém sua influência, continuamente, e em todos os campos societários, de modo que persistem os pensamentos que imprimem os valores culturais eurocêntricos nas populações (MIGNOLO, 2005; MIGNOLO, 2017).

É nesse contexto de colonialidade que os processos de apropriação e de violência prosseguem (SARDE NETO, 2018); aspectos factuais da colonialidade do ser, está, “[...] responsável por relacionar o colonialismo a não existência do ‘outro’, que passa a ser submetido a uma negação sistemática e a uma sobredeterminação constante de sua essência e do seu ser” (STREVA, 2016, p. 34-35). É importante aos ambientes de ensino refletir sobre o colonialismo e a colonialidade, de modo que possamos perceber “[...] as exclusões, os apagamentos e os silenciamentos das populações subalternizadas pelo cânone da ciência hegemônica” (SILVA; SANTANA, 2021, p. 487).

## A “natureza amazônica” colonizada

As pesquisas revelam que “[...] a Amazônia foi uma “descoberta” espanhola e uma conquista portuguesa. Historicamente, a ocupação da região foi no intuito de aproveitar o grande potencial de recursos florestais, minerais [...]” (PICOLI, 2006, p. 21, destaque nosso). Na mesma linha, podemos referir que a “[...] história da região amazônica demonstra [...] que ao longo do tempo, de acordo com as conveniências de mercado e/ou mão de obra, diversos produtos da fauna e flora regional foram arrolados e apropriados por grupos sociais distintos, constituindo-se, assim, recursos naturais a serviço de interesses vários” (BATISTA, 2013, p. 2).

Esse processo de espoliação da natureza tem como fundamento a conversão da natureza em objeto, mero recurso; em realidade não existem recursos naturais *per se*, o termo representa uma construção cultural que assim o nomeou como tal, ao lhe conferir

serventia (DRUMMOND, 1991). É nesse contexto que se deu/dá a destruição de ecossistemas – a natureza transformou-se em recursos a serem explorados – uma natureza colonizada, que se efetivou por meio de sua apropriação agressiva (ALIMONDA, 2011).

Cabe destacar que o modelo de ocupação e de exploração da Amazônia “[...] esteve [e ainda está] assentado no que pode ser cunhado de economia de saque: atividades extrativas de produtos primários, de baixíssimo valor agregado, destinados à comercialização e industrialização em centros mais desenvolvidos, sem retenção de excedente à economia local” (MELLO, 2015, p. 91). Trata-se de uma “[...] ocupação destrutiva, baseada na exploração e exportação dos bens naturais em benefício de poucos” (SILVA; BORBA; FOPPA, 2021, p. 161), o que é “[...] justificada pelo progresso e desenvolvimento. O resultado danoso do movimento de ocupação da Amazônia gerou pobreza e desigualdade social como consequência da exploração desmedida” (SIQUEIRA; FERNANDES; FREITAS, 2020, p. 2076).

Para além da história de conquista e de ocupação da Amazônia, interessa-nos, aqui, colocar em foco o colonialismo destrutivo da Amazônia. Diversos quadros de imagens retratam o processo de destruição da Amazônia, mostrando-nos queimadas, derrubada de árvores, como também os danos causados pela atividade mineradora, que, no conjunto, representam passivos ambientais importantes. Esse conjunto de eventos, nos termos de Alimonda (2011), são manifestações da colonialidade da natureza. Temos também passivos sociais, em face do permanente arruinamento da floresta, da terra e da água, atingindo, de forma contundente, as comunidades locais que dependem da natureza para a sua existência.

Ao considerarmos que a Amazônia está cada vez mais enredada nos processos hegemônicos, devemos estar atentos para o que Oliveira (2018, p. 356) observa, a saber:

A Região Amazônica sempre foi pensada por meio do olhar eurocêntrico. Seu processo de colonização e a tentativa de dominação dos povos indígenas que aqui moravam, partem de uma perspectiva civilizatória europeia. Mas não é somente pelo europeu que essa região foi(é) colonizada. Vista como periferia do Brasil, a Amazônia ainda é pouco compreendida por boa parte dos brasileiros. Pensa-se em um lugar com muitos recursos naturais infinitos, ou um lugar que deve ser, exclusivamente, explorado por quem é de fora, visto que sua população local não seria capaz de lidar com essas riquezas. Além disso, boa parte das políticas públicas discutidas para a região parecem ignorar que nela vivem ribeirinhos, camponeses, remanescentes de quilombos e indígenas e acabam não levando em consideração que cada um tem suas especificidades, suas necessidades e uma percepção única com a natureza que os cerca.

Também, ao avaliarmos a perspectiva mundial de escassez de recursos naturais, temos que a Amazônia foi alçada a uma posição geopoliticamente estratégica para o desenvolvimento da economia global; a região agora é tida como um dos espaços mais importantes do planeta, não só pelos seus atributos ecológicos, mas, principalmente, por seu potencial, nomeadamente, de estoque de recursos, fundamentais ao mercado de inovações tecnológicas, bem como pelas riquezas do seu subsolo e potencial hídrico (AMIM, 2015).

É importante, nesse contexto, que “[...] não nos esqueçamos de que na Amazônia cinco potências coloniais deixaram suas marcas: Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra. Portanto, há uma tradição de presença dessas grandes potências coloniais na região” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 77). As potências coloniais engendram processos de espoliação e de degradação da Amazônia, mediante implantação de projetos, sob o falacioso discurso de imprimir o desenvolvimento na região.

A “natureza amazônica” tem a floresta como seu ícone. A floresta amazônica constitui-se um dos mais importantes ecossistemas do planeta, “[...] representa uma das últimas fronteiras florestais e a maior extensão de floresta tropical remanescente no mundo [...] de elevada diversidade biológica e influi nos ciclos biogeoquímicos e hidrológicos, com interações no clima do mundo inteiro” (FERREIRA, 2012, p. 123). Os quadros de imagens que retratam a floresta amazônica remetem a cenários fascinantes, ou seja, espécies arbóreas exuberantes e imponentes, vegetação abundante, imensas vitórias régias, rios, cachoeiras, montanhas etc. – uma representação simbólica de origem que confere à Amazônia expressão de espaço natural por excelência.

Mas, a Amazônia “[...] não é um sistema hegemônico de floresta e rios. Existe diversidade de ambientes, de formação de territórios e de culturas” (RIBEIRO; LUCIO; ALMEIDA, 2021, p. 175). É espaço de considerável sociodiversidade (PORTO-GONÇALVES, 2019; VIEIRA; TOLEDO; HIGUCHI, 2018). Desse modo, “[...] não é só composto por elementos geofísicos e biológicos, mas também pela presença humana de grupos sociais distintos com histórias feitas na relação com a floresta” (SANTOS et al., 2012, p. 14).

Todavia, a despeito disso, e por situar-se na periferia dos Estados periféricos, no sistema/mundo moderno/colonial, à Amazônia foi negada a capacidade de falar sobre si, decorrendo visões sobre a Amazônia e não da Amazônia, propriamente dita (PORTO-GONÇALVES, 2019). A mera enunciação do termo Amazônia, suscita “[...] um conjunto de informações, de imagens e de opiniões **sobre** um determinado espaço. Este conjunto de elementos forma uma representação sobre a região, uma representação que é social, pois socialmente elaborada e partilhada” (BUENO, 2008, p. 77, destaque nosso).

Contudo, “[...] mesmo quando se fala de visões da Amazônia, não são as visões dos amazônidas – principalmente de seus povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração – que nos são oferecidas” (PORTO-GONÇALVES, 2019, p. 25), são visões de produção exógena, alienígenas. Tais visões vêm sendo erigidas desde a vinda do colonizador europeu. A visão mais conhecida refere-se à Amazônia como uma “[...] floresta exuberante, infinitamente verde, a cobrir mais da metade do território brasileiro” (ALMEIDA-VAL, 2006, p. 24), mas de “vazio demográfico” (PORTO-GONÇALVES, 2019).

Trata-se “[...] de uma imagem colonial que marca a formação geo-história da região a partir da chegada do ‘colonizador’, para os povos da região ‘invasores’, visão essa que ignora que a região é habitada há, pelo menos, 17 mil anos” (PORTO-GONÇALVES, 2019, p. 26). Considerar a Amazônia como mera natureza, ou seja, “[...] como elemento central articulador da representação sobre a Amazônia” (BUENO, 2008, p. 85), como o faz também a tradição eurocêntrica, no contexto do sistema/mundo moderno/colonial, autoriza sua dominação – “a dominação da natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2019), transformando-a em natureza colonizada.

A Amazônia, como “objeto” de pretensa dominação, precisamente quanto às suas “[...] potencialidades ambientais sob o ponto de vista econômico [...] inclui valores e sentidos que

‘não têm preço’” (SANTOS et al., 2012, p. 26, destaque do autor), seu valor é intrínseco, “[...] uma das chaves para mudar o curso da história [...] para que a floresta com todas as suas funções continue existindo” (FEARNSIDE, 2021, p. 1). Mas como garantir o respeito ao valor inerente à natureza, em face das relações históricas e materiais constituídas entre ser humano e natureza, notadamente sob a égide do capitalismo?

O fato é que, na atual sociedade mercadologizada, “[...] o único ‘valor’ aceito pela sociedade atual é o valor econômico-financeiro presente, ou seja, aquele contabilizado pelo Produto Interno Bruto (PIB) [...]” (CLEMENT; HIGUCHI, 2006, p. 44). Cabe destacar, neste ponto, que a globalização apensou ao seu projeto a natureza, de modo que a relação dicotômica entre seres humanos e natureza, própria da cultura ocidental, materializa-se na consideração da natureza como objeto de dominação/exploração, sendo a humanidade elevada a patamares de superioridade, manifestando-se, então, a colonialidade na apropriação da natureza (ALIMONDA, 2011).

Na compreensão de Clement e Higuchi (2006), pensar a Amazônia como objeto a ser explorado constitui-se uma visão míope sobre o valor da floresta. Certamente, por ignorar a multiplicidade das realidades históricas, culturais, míticas, simbólicas etc., estabelecida entre as populações, em seu estreito contato com a floresta. É nesse contexto que se evidencia a colonialidade da natureza, na medida em que o capitalismo, em uma espiral de infinita expansão e crescimento, impõe a assimilação da natureza, com desdobramentos danosos para as pessoas que vivem e vivenciam a floresta. Temos que considerar que o “[...] modelo de produção hegemônico arrisca o viver na Terra” (TIBIRA; VOLLGER; PEREIRA, 2021, p. 111).

No que concerne à Amazônia, devemos ter em mente as seguintes questões, entre outras: a quem interessa transformar a Amazônia em um entreposto de produtos? A que propósitos servirá? Os quadros de imagens presentes no vídeo nos dão elementos incisivos, capazes de responder as questões postas, a saber: os interesses que predominam é o do grande capital (madeira, agronegócio, mineradora etc.) e atenderão, meramente, aos propósitos econômicos, deixando enormes passivos ambientais, a exemplo das grandes áreas degradadas pela atividade mineradora e, também, passivos sociais, evidenciados pela expropriação de um contingente significativo de indígenas, de ribeirinhos, de quilombolas etc.

Considerando o que até aqui foi arrolado, indagamos: existirá uma “natureza amazônica” por si só? Segundo Carvalho (2003, p. 13, destaque nosso),

[...] a definição ou conceituação do que seja natureza depende da percepção que temos dela e de nós próprios e, portanto, da finalidade que daremos para ela, isto é, depende das formas e objetivos de nossa convivência social. [...]. Se para um empresário de **mineração natureza** é fonte de matérias-primas de onde extrai a mercadoria com a qual obterá lucros, para o **camponês natureza** é meio de sobrevivência, ou, de outro lado, se para o especulador de **terras natureza** é investimento imobiliário, para os índios é um **espaço de vida** que não se vende nem se compra.

Evidencia-se, portanto, que a definição/conceituação de natureza nada tem de natural. A depender das ideias, necessidades, objetivos e interesses materiais ou vivenciais dos seres humanos, conotações diversas têm se constituído, inclusive para a “natureza amazônica”, a exemplo da “mineração natureza”, dada a intensa atividade extrativa mineral na Amazônia (ENRÍQUEZ, 2014). Entendemos, conforme Palar, Silva e Cardoso (2017), que a interação entre ser humano e natureza é condição básica para a produção dos meios de sustento

humano – a natureza é substrato para o seu desenvolvimento. Entretanto, há que se aprimorar a relação dos seres humanos com a natureza, de modo a possibilitar coevolução plausível.

Assim sendo, a natureza precisaria ser pautada a partir da produção para valor de uso, não para mero valor de troca. Mas como fazê-lo se estamos apoiados em uma formação social capitalista perniciosa? Eis o nó górdio da modernidade, que se apoia na falsa premissa da possibilidade de separação do ser humano da natureza. É nesse contexto que a sala de aula assume papel importante no estabelecimento de espaço instaurador de debates sobre os problemas que afligem a sociedade, em uma perspectiva contra-hegemônica, descolonizante, de modo que se perceba a instrumentalização da natureza pela civilização ocidental moderna, que se assenta em uma “[...] postura destrutiva de apropriação colonialista do planeta Terra” (EGGENSPERGER; MARINO, 2019, p. 1), permitindo problematizar a cultura da predação. Além do mais, “[...] favorecer a formação de um cidadão crítico, autônomo, criativo, capaz de compreender a complexidade do mundo natural e social [...]” (VASCONCELOS; FREITAS, 2012, p. 104).

## “A mensagem do Xamã” como um manifesto à decolonialidade do saber

O vídeo “A mensagem do Xamã” chama atenção pelo seu conteúdo imagético, com quadros de imagens que nos mostram o cenário socioambiental vigente, pautado pela degradação socioambiental. Mas que conteúdo textual acompanha o vídeo? Que significações apresentam? É nesse sentido, então, que apresentamos análises de alguns fragmentos do texto que acompanham o vídeo (Quadro 1). De antemão, podemos ponderar que são manifestações da decolonialidade do saber, “[...] uma maneira crítica de pensar a partir de lugares epistêmicos ex-colonizados que procuram dar sentido à situação da população de ex-colonizados dentro do sistema mundial atual [...]” (NDLOVU, 2017, p. 136).

Quadro 1 – Fragmentos do conteúdo textual do vídeo “A mensagem do Xamã”

Ei, olha pra mim. Estamos vendo vocês. Nós tentamos te mostrar. [...]. Estamos avisando vocês desde o começo. [...]. Essa terra nunca terá dono. Porque nós somos a terra. Todos nós. Mas vocês queriam as pedras. O ouro. Suas mercadorias. Títulos. Bandeiras. Lucros. Vocês chamam isso de progresso. Tentamos te ensinar. Mas vocês são gananciosos demais. Primitivos demais. Selvagens demais para entender. [...]. E as terras indígenas virando cinzas... lama. Cinco séculos e vocês nunca enxergaram o que estamos mantendo no lugar [...].

Fonte: Vídeo “A mensagem do Xamã”.

De início, Davi Kopenawa, com a expressão “*Ei, olha pra mim*”, faz um apelo à atenção para o que ele tem a dizer. Embora os povos indígenas sejam invisibilizados, “apartados” do sistema/mundo moderno/colonial, em face dos diferentes modos de perceber o mundo e a natureza, Davi Kopenawa nos evoca a ouvi-lo. Afirma, “Estamos vendo vocês”, decerto, observando e analisando toda a nossa trajetória de relacionamento danoso com a natureza.

Assim, podemos depreender do que foi pautado nas seções anteriores deste artigo que a floresta amazônica necessita de proteção contra a devastação, destruição, deflorestação, invasão ocidental e colonização – eventos instrumentalizados pelo capitalismo, que impõe à

região amazônica “[...] um projeto de morte para os seres humanos e não-humanos e para os ecossistemas [...]” (SILVA; BORBA; FOPPA, 2021, p. 140), percebido também pelos povos indígenas, de modo que Davi Kopenawa avaliza: “*Nós tentamos te mostrar*”, “*Estamos avisando vocês desde o começo*”. O fato é que, na cosmovisão indígena, a ideia da natureza como algo exterior, natureza sob o julgo humano, é impensada. A natureza para os indígenas lhes é interior, o que pode ser evidenciado na seguinte fala de Davi Kopenawa: *Essa terra nunca terá dono. Porque nós somos a terra. Todos nós*. Portanto, com essa compreensão, podemos asseverar que somos modalizações de uma mesma e imanente natureza.

Davi Kopenawa apresenta-nos uma crítica ao *modus operandis* do sistema/mundo moderno/colonial, nos seguintes termos: *Mas vocês queriam as pedras. O ouro. Suas mercadorias. Títulos. Bandeiras. Lucros. Vocês chamam isso de progresso*. É certo, que a atual compreensão de progresso (desenvolvimento) valoriza, quase que exclusivamente, aspectos do domínio econômico. Então, faz todo o sentido a expressão “o povo da mercadoria”, de David Kopenawa, referindo-se a “[...] quem só enxerga na floresta insumos a serem extraídos a qualquer custo (STRAATMANN; ALMEIDA, 2021, p. 1). Esse estado de coisas, mostra-se incompatível com os modos de viver, de sentir e de pensar dos indígenas, que “[...] perseveram em visões de mundo/modos de vida em clara oposição às formas de organização social ocidental dominante” (TIRIBA; PROFICE; SCHLESINGER, 2020, p. 72), percebendo a natureza para além de mero recurso a ser dominado, explorado e arrasado.

As cosmovisões indígenas propiciam proximidade com a natureza, além de valorização dos saberes. Assim,

[...] seus saberes e afetos estão associados à relação com o cosmo, à ancestralidade, aos modos de vida e manejos dos recursos naturais em equilíbrio dinâmico com o ecossistema. O território guarda a memória e materializa o sentimento de pertencimento, é fonte de reprodução e de recursos materiais e assegura a sobrevivência material (TIRIBA; PROFICE; SCHLESINGER, 2020, p. 72).

Cabe destacar, neste ponto, que os modos de organização econômico-produtiva dos indígenas têm no trabalho o seguinte sentido:

[...] de suprir as necessidades do coletivo, não do indivíduo. Tampouco há a intenção de acúmulo ou produção de excedente em grande escala, além das trocas locais. As energias produtivas são destinadas à subsistência do grupo e à manutenção das práticas sociais, festas e rituais, e não ao mercado capitalista (TIRIBA; PROFICE; SCHLESINGER, 2020, p. 72).

Então, podemos refletir que “o povo da mercadoria” foi subsumido ao capitalismo e, neste sentido, evidencia-se “[...] a cristalização de uma sociedade mercadologizada, servil aos ditames do modelo desenvolvimentista, fundamentada em uma visão antropocêntrica de mundo (FONSECA NETO; FREITAS; FREITAS, 2017, p.134). Mas, Davi Kopenawa afiança: “*Tentamos te ensinar. Mas vocês são gananciosos demais. Primitivos demais. Selvagens demais para entender*. Para Tiriba, Profice e Schlesinger (2020, p. 89), precisamos aprender com os povos originários, precisamente,

[...] modos mais compatíveis com o planeta. Não se trata de idealismo ingênuo, delírio ufanista, referências idílicas em relação a estes povos, não

se trata de propor um retorno à aldeia. Mas da necessidade de aprender com quem sabe viver fora da imensa bolha consumista [...].

É em virtude do capital, com toda a sua ferocidade, que os bens naturais são arrasados, de modo que Davi Kopenawa nos fala: “*E as terras indígenas virando cinzas... lama*”. Segundo Ricketts et al. (2010), Soares-Filho et al. (2010) e FAO e Filac (2021), referidos por Fellows et al. (2021, p. 3), em nota técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM-Amazônia), observam o seguinte:

As terras indígenas na Amazônia têm, historicamente, baixas taxas de desmatamento e de incidência de fogo entre as categorias fundiárias na região. Isto é um indicativo de que a destinação dessas áreas para as populações tradicionais, como rege a Constituição Brasileira, tem um efeito positivo para a preservação ambiental e climática, com benefícios que são compartilhados com todos os brasileiros [...] para além de sua importância social, cultural e histórica.

Então, o que justificaria o lamento de Davi Kopenawa: “*E as terras indígenas virando cinzas... lama*”. Tal justificativa pode ser encontrada também em Fellows et al. (2021, p. 5), nos seguintes termos: “[...] boa parte do que acontece nas TIs [Terras Indígenas] não tem ligação com o modo de vida das populações originárias, e sim com invasões e o uso indevido de seus territórios por terceiros [a exemplo do garimpo]”. Via de regra, diversas “[...] culturas indígenas [...] têm padrões de uso do solo que pouco intervêm nos ecossistemas florestais” (FAO; FILAC, 2021, p. 34, tradução nossa).

Desse modo, tem sentido o que afirma Davi Kopenawa: “Cinco séculos e vocês nunca enxergaram o que estamos mantendo no lugar”. É nesse contexto, que devemos estar atentos aos aspectos abaixo arrolados:

Nunca na história da produção de conhecimento na era da modernidade ocidentalista, a ideia de saberes indígenas se tornou tão importante à imaginação do futuro do mundo como no século XXI. Isto ocorre, sobretudo, porque o século XXI é um período em que os modos ocidentais atualmente hegemônicos de conhecer, imaginar e ver o mundo se mostraram ineficientes no provimento de soluções para muitos dos desafios globais que eles causaram (NDLOVU, 2017, p. 127).

É com essas compreensões que temos que perseverar “[...] como seres de cultura que se constituem e se fortalecem em conexão com a natureza [...]” (TIRIBA; PROFICE, SCHLESINGER (2020, p. 90). Exemplo disso é atestado pelas pesquisas arqueológicas, que informam que a Amazônia é “[...] uma ‘floresta’ cultural oriunda da combinação das atividades humanas realizadas por séculos e de uma diversidade rica e exuberante” (BENSUSAN, 2005, p. 71). Ao considerarmos a floresta como um produto cultural, podemos pensar, em tese, sobre a capacidade das populações indígenas de promoverem um apropriado manejo, sem o comprometimento danoso das florestas, concorrendo para a constituição de uma diversificada biodiversidade.

Entretanto, não podemos afirmar o mesmo dos colonizadores que aqui se estabeleceram com “espírito predador”, promovendo a destruição (SAMPAIO, 2012). De fato, para a sociedade ocidental, fundamentada na hegemonia eurocêntrica, considerar a natureza como o outro, passível de respeito e de valorização, é algo inimaginável, pois o

outro está para ser dominado, explorado, subalternizado. Então quem são os bárbaros, os selvagens?

Trazer compreensões outras ao contexto de sala de aula, contribuindo para a decolonialidade do saber, decerto, favorecerá entendimentos mais abertos à relação dos seres humanos com a natureza, de modo que “[...] operem na contramão de antropocentrismos, individualismos, cientificismos, racionalismos, racismos e patriarcalismos [...]” (TIBIRA; VOLLGER; PEREIRA, 2021, p. 99). Não estamos propondo um retorno à aldeia, como já se opôs Tiriba, Profice e Schlesinger (2020), mas tão somente favorecer a empatia com os modos de ser e de viver do outro, indígena. Entender, conforme expressa Davi Kopenawa, que nós somos a Terra, todos nós, e que, deste modo, não podemos sucumbir à ordem capitalista, relativas ao “uso” deletério da natureza, da floresta.

Ao trabalharmos o vídeo “A Mensagem do Xamã”, daremos voz àqueles que apresentam uma forma outra de relação com a natureza, com a floresta. Ao mesmo tempo, estaremos nos opondo ao garimpo ilegal, à grilagem de terras, à exploração madeireira ilegal e a qualquer outra ação deletéria que incida sobre a natureza, para, ao contrário, advogar pela sua conservação.

## Considerações finais

Sob a égide do termo Amazônia, entrelaçam-se fatos, imagens, visões e ideias. É nesse contexto que muitos são os discursos produzidos sobre a Amazônia, cuja origem não é autóctone, é forânea. Da visão edênica de outrora, hoje fincam-se olhares interessados do capital, o qual busca, vorazmente, apropriar-se de tudo que se apresenta a frente. Capital que age agressivamente sobre a natureza, sobre a floresta e seus povos – uma transformação degenerativa, transgressora dos modos de relação entre seres humanos e natureza, rejeitando a possibilidade de uma coexistência crível.

Em situações de ensino e de aprendizagem, o vídeo “A mensagem do Xamã” pode permitir aos aprendentes ponderações sobre os problemas socioambientais em curso, notadamente na/da Amazônia, mediante análises das manifestações presentes na produção imagética e textual, conferindo-lhes competência crítica de leitura. Os elementos visuais, verbais e sonoras do vídeo “A mensagem do Xamã” não se constituem tão somente recursos que apoiam seu conteúdo; ao contrário, colocam em evidência aspectos contundentes ao cenário amazônico, em interlocução com expressões do capitalismo, representando uma enunciação outra, que comunica a apropriação, a violência, a colonialidade do ser, a neocolonização amazônica e um manifesto à decolonialidade do saber, na construção de sentidos da leitura de um mundo que insiste em subjugar a natureza e os próprios seres humanos, situando a mensagem nas dimensões do sensível e do inteligível. Também representa maneira crítica de analisar a relação do ser humano com a natureza; ao mesmo tempo, nos faz pensar nas possibilidades de um futuro plausível para a humanidade.

Ao longo do vídeo, inserem-se importantes temas como colonização, violência, apropriação, capitalismo, consumo/consumismo, colapso ambiental, (de) colonialidade, saberes indígenas, entre outros. São temas que interessam à docência na mediação de um ensino de crítico. Cabe destacar, neste ponto, que as produções imagéticas têm alcançado relevância no cenário educacional, ao considerarmos que “[...] desenvolver uma pedagogia

de leitura implica pensar na fruição e no fomento de uma atitude de apreensão de todo tipo de texto” (PANOZZO, 2007, p. 29).

Assim, na leitura do vídeo “A mensagem do Xamã”, cujas possibilidades não foram esgotadas neste trabalho, podemos propiciar um processo descolonizante das compreensões relativas à Amazônia e dos seus povos, bem como leitura crítica sobre as incessantes investidas do capital, que continuam a depauperar a Amazônia. Trata-se, nesse caso, de recurso metodológico de ensino que dá visibilidade à lógica de produção capitalista, que atua no mundo de modo predatório; ao mesmo tempo, o vídeo tem um tom de denúncia à invisibilização do outro, indígena, no seu direito à existência relacional e vivencial com a natureza.

O uso do vídeo “A mensagem do Xamã” no ambiente de sala de aula constitui-se ferramenta decolonial, que favorece apropriação crítica dos conteúdos afeitos às questões socioambientais da/na Amazônia e leituras outras sobre a natureza, em sua condição intrínseca ao ser humano. Consideramos, ainda, a possibilidade de chamar atenção para o intento modernista de encobrimento e negação do outro humano (a exemplo dos indígenas) e da própria natureza, que os encaminham para a sujeição e a subjugação, para, ao contrário, favorecer a construção de um olhar de reconhecimento do outro, na sua condição humana, assim como para uma outra relação do ser humano com a natureza, rejeitando-se processos objetificantes, comuns ao racionalismo moderno e, assim, advogar pela outridade da natureza.

## Referências

- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H (Org.) *La naturaleza colonizada*. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: Ediciones Ciccus: Clasco, 2011. p. 21- 58.
- ALMEIDA-VAL, V. M. F. A Amazônia não é só paisagem! *Ciência e Cultura*, Campinas/São Paulo, v. 58, n. 3, p. 24-26, 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a12v58n3.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- AMIN, M. M. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 107, p. 107-138, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5993#text>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- ANDRADE, F. M. R. Natureza amazônica e educação ambiental: identidades, saberes docentes e representações sociais. *Revista Científica RUNAE*, Equador, v. 1, p. 51-70, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unae.edu.ec/bitstream/56000/155/1/Texto.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BATISTA, I. M. S. A. “Natureza” amazônica: dos mitos edênicos à reserva de capital natural. In: Simpósio Nacional de História, 27. Natal, 22 a 26 de julho, 2013. *Anais ...*. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364820654\\_ARQUIVO\\_ARTIGOIANEANP\\_UH2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364820654_ARQUIVO_ARTIGOIANEANP_UH2013.pdf). Acesso em: 5 de jul. 2022.
- BENSUSAN, N. Situação das unidades de conservação na Amazônia brasileira. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n.31, p. 65-77, 2005.

BRIGHENTI, C. A. L. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 103-120, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616322015103>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BUENO, M. F. Natureza como representação da Amazônia. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 77-86, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3524/2451>. Acesso em: 25 abr. 2022.

CARVALHO, M. B. *O que é natureza*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CEMIN, A. Xamanismo: algumas abordagens teóricas. *Presença*. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente, Porto Velho, v. 3, n. 15, p. 1-30, 1999. Disponível em: [http://www.revistapresenca.unir.br/artigos\\_presenca/15arneidecemin\\_xamanismo.pdf](http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/15arneidecemin_xamanismo.pdf). Acesso em: 24 jul. 2022.

CLEMENT, C. R.; HIGUCHI, N. A floresta amazônica e o futuro do Brasil. *Ciência e Cultura*, Campinas/São Paulo, v. 58, n. 3, p. 44-49, 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a18v58n3.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DUTRA, D. S. de A.; CASTRO, D. J. F. de A.; MONTEIRO, B. A. P. Educação em Ciências e decolonialidade: em busca de caminhos outros In: MONTEIRO, B. A. P.; DUTRA, D. S. de A.; CASSIANI, S.; SÁNCHEZ, C.; OLIVEIRA, R. D. V. L. de. *Decolonialidades na educação em ciências*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019. p. 1-17.

EGGENSPERGER, K.; MARINO, M. C. P. Descolonizar a natureza – contribuições ecocríticas e ecoestéticas In: Ciclo de Estudos da Linguagem, 10; Congresso Internacional de Estudos da Linguagem, 3. Ponta Grossa, 29 a 31 julho, 2019. *Anais...* Disponível em: [https://siseve.apps.uepg.br/storage/ciel2019simp/31\\_MARIANA\\_CRISTINA\\_PINTO\\_MARINO-155224728335465.pdf](https://siseve.apps.uepg.br/storage/ciel2019simp/31_MARIANA_CRISTINA_PINTO_MARINO-155224728335465.pdf). Acesso em: 21 jun. 2022.

ENRÍQUEZ, M. A. Mineração na Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, Brasília/DF, v. 19, n. 38, p. 155-198, 2014. Disponível em: [http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/viewFile/734/674](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/734/674). Acesso em: 21 jun. 2022.

FAO; FILAC. *Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques*. Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe. Santiago do Chile: FAO, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb2953es/cb2953es.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022

FEARNSIDE, P. M. O valor intrínseco da biodiversidade amazônica: 1 – Reconhecer o “elefante na sala”. *Amazônia Real*, Manaus, p. 1-4, 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/o-valor-intrinseco-da-biodiversidade-amazonica-1-reconhecer-o-elefante-na-sala/>. Acesso em: 19. jun. 2022.

FELLOWS, M.; ALENCAR, A.; BANDEIRA, M.; CASTRO, I.; GUYOT, C. *Amazônia em chamas: desmatamento e fogo em terras indígenas*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Ambiental da

Amazônia, 2021. (Nota Técnica nº 6). Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Amazo%CC%82nia-em-Chamas-6-TIs-na-Amazo%CC%82nia.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

FERREIRA, S. J. F. A floresta e a água. In: HIGUCHI, M. I. G.; HIGUCHI, N (Editores). *A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental*. Manaus: Higuchi & Higuchi Editores, 2012. p.123-151.

FONSECA NETO, S. N.; FREITAS, N. M. S.; FREITAS, N. M. S. Uma carta para o futuro: constructos sobre (in)sustentabilidade. *Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 39, n.1, p. 133-141, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/24344/pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FREITAS, N. M. S.; MARQUES, C. A. Abordagens sobre sustentabilidade no ensino CTS: educando para a consideração do amanhã. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 65, p. 219-235, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KmvYjBkfvCy6ddT7Pftkcm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. Ambientalização curricular na educação superior: desafios e perspectivas. *Educar em Revista*, Curitiba, edição especial, n. 3, p. 109-126, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/38110/23611>. Acesso em: 10 mai. 2022.

LAURIE, R. et al. Contributions of Education for Sustainable Development (ESD) to quality education: a synthesis of research. *Journal of Education for Sustainable Development*, USA, v. 10, n. 2, p. 226-242, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0973408216661442>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LEFF, E. *A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul*. Petrópolis: Vozes, 2016.

LYRIO, Z. A Queda do Céu: reflexões junguianas sobre o alerta xamânico de Davi Kopenawa. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica*, São Paulo, v. 38, v. 2, p. 139-154. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jung/v38n2/07.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MELLO, A. F. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: o caso brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 107, p. 91-108, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rccs/n107/n107a06.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 nov. 2021.

MIGNOLO, W. D. *The idea of Latin America*. Malden: Blackwell, 2005. (Blackwell Manifestos).

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.); DELANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2016. p. 56-71. (Série Manuais Acadêmicos).

NASCIMENTO, E. P. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 415-434.

NDLOVU, M. Por que saberes indígenas no século XXI? Uma guinada decolonial. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, Paraná, v. 1, n. 1, p. 127-144, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/782/651>. Acesso em: 14 mai. 2022.

NINIS, A. B.; BILIBIO, M. A. Homo sapiens, Homo demens e Homo degradandis: a psiquê humana e a crise ambiental. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 46-55, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/w99gpkHvMPQSsrc34MW5zWc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2022.

NUNES, M. *A Mensagem do Xamã'*: filme faz alerta e resume reflexões de Davi Kopenawa em “A Queda do Céu”. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2020. Disponível em: <https://www.isjrochester.com.br/index.php/noticias/253-a-mensagem-do-xama-filme-faz-alerta-e-resume-reflexoes-de-davi-kopenawa-em-a-queda-do-ceu>. Acesso em: 20 jun. 2022.

OLIVEIRA, A. M. A. Povos indígenas, desenvolvimento e colonialismo na Amazônia brasileira. In: CASTRO, E.; PINTO, R. F. (Org.). *Decolonialidade e sociologia na América Latina*. Belém: NAEA; UFPA, 2018. p. 355-386.

PALAR, J. V.; SILVA, M. B. O.; CARDOSO, W. M. A natureza como portadora de valor intrínseco em uma formação social capitalista: reflexões a partir das relações histórico-materiais entre o ser humano e a natureza. *Revista Culturas Jurídicas*, Niterói, v. 4, n. 8, p.122-147, 2017.

PANOZZO, N. S. P. *Leitura no entrelaçamento de linguagens: literatura infantil, processo educativo e mediação*. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PICOLI, F. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 107, p. 63-90, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Encruzilhada Civilizatória*. Tensões territoriais em curso. Bolívia: IPDRS/CIDES – UMSA, 2018.

RAPOSO, E. O.; FREITAS, N. M. S. Coletivo de estudos, formação e práticas em educação para o desenvolvimento sustentável: itinerários de uma formação. *Revista Exitus*, Santarém/Pará, v. 9, n. 2, p. 322-350, 2019. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/865>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RIBEIRO, D. N. C.; LUCIO, E. O.; ALMEIDA, A. C. P. C. Abordagem Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente e a perspectiva do estudo implicado no ensino de ciências: um olhar para a Amazônia brasileira. *Amazônia - Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*,

Belém, v. 17, n. 39, p. 163-179, 2021. Disponível em:

<https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/9904/8154>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SAMPAIO, S. M. V. “Uma floresta tocada apenas por homens puros...” Ou do que aprendemos com os discursos sobre a Amazônia. 2012. 296 f. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, J.; SOUZA, C. A. S.; SILVA, R. P.; PINTO, A. C. M.; LIMA, A. J. N.; HIGUCHI, N. Amazônia: características e potencialidades. In: HIGUCHI, M. I. G.; HIGUCHI, N. (Editores). *A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental*. Manaus: Higuchi & Higuchi Editores, 2012. p.13-40.

SARDE NETO, E. Terra e genocídio: apropriação e violência nas terras indígenas do Brasil *Caderno Humanidades em Perspectivas – I Simpósio de Pesquisa Social e I Encontro de Pesquisadores em Serviço Social*, Curitiba, edição especial, p. 524-535, 2018. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/issue/view/65>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SILVA, K. A. R.; SANTANA, A. E. Espaços acadêmicos e a colonialidade: o pensamento decolonial como confronto às estruturas de poder. *ABATIRÁ. Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, Bahia, v. 2, n. 4, p. 486-503, 2021.

SILVA, R. O.; BORBA, C. A.; FOPPA, C. C. O sistema/mundo colonial/moderno e a natureza: reflexões preliminares. *Revista Videre*, Dourados, v. 13, n. 26, p. 138 – 169, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/12939>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SIQUEIRA, I. DOS S.; FERNANDES, M. S.; RAPOSO, E. O.; FREITAS, N. M. S. Ensino e Amazônia: a análise da música “Belém-Pará-Brasil” no desvelamento da colonialidade como crítica socioambiental. *Revista Prática Docente*, Mato Grosso, v. 5, n. 3, p. 2069-2087, 2020. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/810>. Acesso em 15 jan. 2022.

STRAATMANN, J. C.; ALMEIDA, R. O “povo da mercadoria” precisa dizer sim a outras formas de existência. *Edições SESC*, São Paulo, 2021. Disponível em: [https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/15267\\_O+POVO+DA+MERCADORIA+PRECISA+DIZER+SIM+A+OUTRAS+FORMAS+DE+EXISTENCIA](https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/15267_O+POVO+DA+MERCADORIA+PRECISA+DIZER+SIM+A+OUTRAS+FORMAS+DE+EXISTENCIA). Acesso em: 23 jun. 2022.

STREVA, J. M. Colonialidade do ser e corporalidade: o racismo brasileiro por uma lente descolonial. *i*, Niterói, n. 40, p. 20-53, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41776>. Acesso em: 3 nov. 2021.

TIRIBA, L.; VOLLGER, A.; PEREIRA, J. Buscando inspiração entre povos indígenas brasileiros para educar as crianças em conexão com a Terra. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, v. 38, n. 3, p. 98-116, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/13522/9119>. Acesso em: 10 jul. 2022.

TIRIBA, L.; PROFICE, C. C.; SCHLESINGER, M. T. A Terra em pandemia: povos indígenas brasileiros e suas (derradeiras?) infâncias. *Revista Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 37, p. 71-93, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46278>. Acesso em: 10 jul. 2022.

VASCONCELOS, E. R.; FREITAS, N. M. S. O paradigma da sustentabilidade e a abordagem CTS: mediações para o ensino de ciências. *Amazônia - Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, Belém, v. 9, n. 17, p. 89-108, 2012

VAZ, P. P. V. Entre a natureza e a floresta xamânica: uma exposição do fim do mundo à luz das palavras do xamã Davi Kopenawa. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 1, p. 1-26, 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1427/1082>. Acesso em: 24 jul. 2022.

VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M.; HIGUSHI, H. A Amazônia no Antropoceno. *Ciência e Cultura*, Campinas/São Paulo, v. 70, n. 1, p. 56-59, 2018. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v70n1/v70n1a15.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.